

1. (ESAF Assistente Técnico-administrativo MF 2009) Quanto aos critérios a serem observados no trâmite do processo administrativo da administração pública federal, conforme disposto na Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, pode-se afirmar corretamente:

- a) em regra, cabe aos administrados o pagamento das despesas processuais, independente de previsão expressa na lei.
- b) a impulsão do processo administrativo compete, primeiramente, aos interessados.
- c) garantem-se aos administrados, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio, os direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos.
- d) nova interpretação dada à norma administrativa deve ser aplicada a todos os casos sujeitos àquela regulamentação, inclusive retroativamente.
- e) os atos praticados no processo administrativo são, em regra, sigilosos, ressalvadas as hipóteses de divulgação oficial previstas na Constituição.

2. (FCC Analista Judiciário TRE Acre 2003) No âmbito da Administração Federal direta e indireta, os processos administrativos deverão observar diversos critérios, sendo certo que o Poder Judiciário da União, quando desempenhar função administrativa, está obrigado a essa observância. É INCORRETO afirmar que um desses critérios é a

- (A) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- (B) impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- (C) divulgação oficial dos atos administrativos com total transparência, vedado o sigilo.
- (D) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- (E) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.

3. (FCC Analista Judiciário TRT 22ª Região 2004) Aristóteles Júnior teve reconhecido determinado direito com base em interpretação de certa norma administrativa, adotada em caráter uniforme para toda a Administração. Posteriormente, visando melhor atendimento de sua finalidade, o Poder Público modificou referida interpretação, em caráter normativo, de forma retroativa, afetando a situação de Aristóteles, que já se encontrava consolidada na vigência da anterior orientação. A situação narrada afrontou o princípio denominado

- (A) eficiência.
- (B) impessoalidade.
- (C) publicidade.
- (D) razoabilidade.
- (E) segurança jurídica.

4. (ESAF Especialista ANA 2009) Segundo a Lei n. 9.784/1999, o administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados, exceto:

- a) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- b) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- c) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- d) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- e) ver proferida a decisão em processo administrativo de seu interesse em um prazo improrrogável de trinta dias.

5. (ESAF Analista de Controle Externo TCU 2006) Na Lei Federal nº 9.784/99, que trata sobre o processo administrativo, estão previstos os deveres do administrado

perante a Administração. Assinale, no rol abaixo, aquele dever que não consta da norma acima mencionada.

- a) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- b) Não agir de modo temerário.
- c) Prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- d) Atuar de forma a impulsionar o processo.
- e) Expor os fatos conforme a verdade.

6. (FCC Técnico Judiciário TRE BA 2003) No processo administrativo, salvo disposição em contrário, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo devem ser praticados no prazo de

- (A) 10 dias, dilatáveis até mais 10 dias.
- (B) 8 dias, improrrogáveis.
- (C) 5 dias, dilatáveis até o dobro.
- (D) 3 dias, prorrogáveis por mais 3 dias.
- (E) 48 horas, prorrogáveis pelo dobro.

7. (ESAF Especialista ANA 2009) Sobre a competência, no âmbito do processo administrativo na Administração Pública Federal, é correto afirmar:

- a) a edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- b) o ato de delegação é irrevogável.
- c) em qualquer caso, a avocação é proibida.
- d) a decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.
- e) com a delegação, renuncia-se à competência.

8. (ESAF TRF 2002) A avocação é um fenômeno, inerente ao poder hierárquico aplicável ao processo administrativo, pelo qual a autoridade pode em certos casos como assim previsto na Lei nº 9.784/99,

- a) delegar competência a órgão inferior.
- b) rever decisão em instância recursal.
- c) exercer delegação de órgão superior.
- d) exercer competência atribuída a órgão inferior.
- e) rever suas próprias decisões.

9. (ESAF Procurador da Fazenda Nacional 2004) Sobre a delegação de competência administrativa, assinale a opção correta.

- a) É possível a delegação da decisão de recursos administrativos, ainda que não o seja para atos de caráter normativo.
- b) Em vista da necessidade de segurança jurídica aos atos da Administração, não se admite, em regra, que o ato de delegação seja revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- c) Não há a necessidade, como regra, de que o ato de delegação e o de sua revogação sejam publicados no meio oficial.
- d) As decisões adotadas por delegação consideram-se editadas pelo delegante.
- e) Se não houver impedimento legal, e for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, é possível a um órgão administrativo delegar parte de sua competência a outro órgão, ainda que este não lhe seja hierarquicamente subordinado.

10. (FCC Analista Judiciário TRT 21ª Região 2003) No caso da matéria do processo administrativo, no âmbito da Administração Federal, envolver assunto de interesse geral, pode-se abrir período de consulta pública para manifestação

- (A) de entidades e associações legalmente organizadas, antes da decisão do pedido, mesmo que implique prejuízo para a parte interessada.
- (B) das partes e de um representante do Poder Legislativo, desde que no início do procedimento e antes do recebimento do pedido.
- (C) popular, antes ou após a decisão do pedido, desde que este não tenha transitado em julgado.
- (D) de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

(E) do Ministério Público, até o trânsito em julgado da decisão do pedido, mesmo que implique prejuízo para a parte interessada.

11. (FCC Técnico Judiciário TRE BA 2003) A comunicação dos atos do processo administrativo será feita, de regra, por
(A) intimação mediante ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento e por telegrama.
(B) citação, publicada no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de 10 dias.
(C) intimação, feita por meio de oficial de justiça, sempre com antecedência mínima de 5 dias.
(D) citação, feita por meio de oficial de justiça, juntando-se cópia do mandado aos autos, no mínimo, 24 horas antes da prática do ato.
(E) intimação, publicada no Diário Oficial da União, quando o interessado não for encontrado pelo oficial de justiça.

12. (ESAF Analista Tributário RFB 2009) Considerando o disposto na Lei n. 9.784/99, a qual regula o processo administrativo, no âmbito da Administração Pública Federal, marque a opção incorreta.
a) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade, legitimidade, mérito e discricionariedade.
b) É permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
c) Em hipótese alguma os prazos processuais serão suspensos, salvo, unicamente, motivo de força maior.
d) Não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
e) O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, nos termos da lei.

13. (ESAF Auditor INSS 2002) De modo geral, conforme prevê em lei, os processos administrativos, de que resultem sanções, poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes, susceptíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada, a qual poderá ser agravada, se for o caso, conforme o que resultar daquela revisão.
a) Correta a assertiva.
b) Incorreta a assertiva, porque só cabe revisão do processo a pedido do respectivo interessado.
c) Incorreta a assertiva, porque da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
d) Incorreta a assertiva, porque a regra geral é de que os processos não podem ser revistos, em razão de fatos novos.
e) Incorreta a assertiva, porque a regra geral é de que os processos não podem ser revistos, em razão de superveniência de circunstâncias, mesmo se forem relevantes e susceptíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada.

14. (ESAF Analista Administrativo da ANEEL 2006) Têm legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos da Lei n.º. 9.784/99, exceto:
a) Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
b) Aqueles cujos direitos forem indiretamente afetados pela decisão.
c) Os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
d) O Ministério Público da União.
e) As organizações representativas, em se tratando de direitos e interesses coletivos.

15. (FCC Analista Judiciário TRT 22ª Região 2004) Servidor público federal, objetivando impugnar determinação da decisão administrativa, apresentou recurso regulado pela Lei no 9.784/99. Em virtude desse fato, considere as proposições abaixo:
I. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.
II. O recurso interposto fora do prazo não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida a preclusão administrativa.

III. O prazo para interposição de recurso, salvo disposição legal específica, é de 15 (quinze) dias.

IV. O recurso sempre suspende os efeitos da decisão impugnada.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

16. (FCC Procurador TCPI 2005) O particular que requereu a instauração de processo administrativo

- (A) não pode desistir do processo.
- (B) pode desistir do processo, gerando necessariamente sua extinção.
- (C) pode desistir do processo, competindo à autoridade processante a faculdade discricionária de aceitar a desistência ou não, por seu livre convencimento.
- (D) pode desistir do processo, o qual no entanto poderá prosseguir se o interesse público assim o justificar.
- (E) apenas poderá desistir do processo se obtiver autorização judicial.

17. (ESAF TRF 2002) O princípio da motivação, a que a Administração Pública Federal está obrigada a obedecer, de acordo com o que dispõem os arts. 2º e 5a da Lei n.º 9.784 de 29/01/1999, consiste em ter de indicar nos seus atos administrativos os respectivos pressupostos fáticos e jurídicos, sendo isso dispensável, porém, nos casos em que a autoridade decide

- a) processo administrativo de concurso público.
- b) dispensa de procedimento licitatório.
- c) recurso administrativo.
- d) em decorrência de reexame de ofício.
- e) caso concreto aplicando jurisprudência sobre ele já firmada.

18. (ESAF Analista Tributário RFB 2009) De acordo com o disposto na Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo, no âmbito da Administração Pública Federal, a Administração deve anular seus próprios atos e pode revogá-los, sendo que

- a) a revogação, por motivo de conveniência ou oportunidade, deve respeitar os direitos adquiridos.
- b) a revogação prescinde de motivação.
- c) a anulação, quando o ato estiver eivado de vício de legalidade, pode ocorrer a qualquer tempo.
- d) a anulação prescinde de motivação.
- e) tanto a anulação como a revogação estão sujeitas à prescrição decenal, não havendo o que cogitar, de eventuais direitos adquiridos.

GABARITO

- 1. C
- 2. C
- 3. E
- 4. E
- 5. D
- 6. C
- 7. D
- 8. D
- 9. E
- 10. D
- 11. A
- 12. A
- 13. C
- 14. D
- 15. A
- 16. D
- 17. E
- 18. A